



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR
Hospital São João Batista
C.G.C. 29.063.294/0001-82
Rua: Nossa Sr.ª das Graças, n.º 235, São Geraldo - Tel.: (24)3348-4412
Fax: (24)3342-4030 Volta Redonda-R.J.
E-mail: sah@hsjb.org.br
www.hsjb.org.br

Ref. PA n.º 02.051-00002238/2024

PARECER JURÍDICO

Foram encaminhados estes autos para a análise e parecer desta Assessoria acerca da Impugnação promovida pela empresa IRM MATHIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS – ME.

A impugnante lança seu inconformismo na peça recursal por causa da decisão de habilitação da empresa KADOSHI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., nestes autos, visto que a aludida empresa não apresentou os documentos exigidos no edital, especialmente o laudo referente à NR-17 e os laudos ou ensaios técnicos atinentes às normas ASTM D 2794; NBR9209/86 e o certificado referente à norma NBR ISO 14001, bem como o laudo ergonômico, pois o apresentado é referente à marca da própria empresa, KADOSHI, e não da RHODES, marca dos demais certificados e laudos, bem como marca apresentada na proposta e catálogos. Tais inconformidades ao edital caracterizam, segundo a impugnante, afronta aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, a Segurança Jurídica e deixa o processo licitatório à mercê de fraudes e abusos. Pede, em corolário disso, a desclassificação da empresa KADOSHI.

A impugnada, por seu turno, em suas contrarrazões, para justificar suas omissões, invoca o princípio do formalismo moderado; a inaplicabilidade das normas exigidas no instrumento convocatório, aduzindo ter apresentado os laudos que atendem aos requisitos de qualidade final dos produtos, os quais são suficientes para comprovar a qualidade do produto, ressaltando que o Art. 67, §5º, da Lei n.º 14.133/2021, reforça a ideia de que a comprovação da qualidade do produto deve ser feita por meio de certificações reconhecidas nacionalmente, não sendo necessária a apresentação de laudos específicos para cada etapa do processo de fabricação. Sustenta que a divergência no laudo ergonômico, onde não consta a marca do fabricante RHODES, mas apenas a marca KADOSHI, se trata de mero erro formal, não gerando motivo de desclassificação, invocando em sua defesa a aplicação do princípio da instrumentalidade das formas e pugnando, ao final, pela manutenção da decisão que a habilitara na qualidade de vencedora da justa.

É o relatório.

Passo a deliberar.

A impugnação é de cunho jurídico e cinge-se ao cumprimento ou não das normas editalícias por parte da empresa KADOSHI. E, neste passo, quero crer, que não.

Com efeito, sem embargo aos argumentos expendidos pela recorrida, observa-se que ela não cumpria as exigências contidas no edital, deixando, dessarte, de juntar laudos essenciais à justa que comprometem o princípio da competitividade; deixando, concomitantemente, de apresentar diversas normas regulamentadoras que, indubitavelmente, extrapolam a tese do princípio do formalismo moderado, caracterizando, a rigor, deliberado descumprimento ao instrumento convocatório, dando azo, no futuro, suscitarem-se pelos órgãos de controles severas dúvidas quanto à imparcialidade da Administração nesta licitação.



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

C.G.C. 29.063.294/0001-82

Rua: Nossa Sr.ª das Graças, n.º 235, São Geraldo - Tel.: (24)3348-4412

Fax: (24)3342-4030 Volta Redonda-R.J.

E-mail: sah@hsjb.org.br

www.hsjb.org.br

À obediência ao instrumento convocatório é condição *sine qua non* para disciplinar a contratação. Resta evidente que a impugnada deixara de cumprir as exigências editalícias, sendo, pois, o recurso provido pela empresa IRM aceitável, haja vista que a adequação ao edital é fator preponderante ao processo licitatório de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, a exemplo do que também ocorria na lei revogada.

O princípio da instrumentalidade da forma é expediente processual, que, salvo ledo engano, não se aplica à lei de licitações, e ainda que, porventura, empregado não justificaria *in casu* a falta de atenção demonstrada e o desrespeito ao edital.

Neste passo, é de bom alvitre reiterar que a Pregoeira asseverara, no seu julgamento, que o edital é elemento fundamental do procedimento licitatório, sendo ele que fixa as condições de realização da licitação, determinando o objeto da disputa e discriminando, de igual modo, as garantias e os deveres de ambas as partes; regulando, em suma, todo o certame.

Assim, ante o exposto, considerando que existem irregularidades no tocante ao cumprimento dos requisitos editalícios por parte da recorrida, opinamos, salvo melhor juízo, em consonância com o julgamento do recurso pela Pregoeira, pela procedência da impugnação no sentido de desclassificar a empresa KADOSHI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Dê-se ciência de todo o processado aos interessados.

Volta Redonda, 13 de janeiro de 2025.

Marco Aurélio Moreira Guimarães

Assessoria Jurídica SAHVR/HSJB

Mat. n.º 21.963

OAB/RJ-046.869